

A pesquisa sobre políticas de ações afirmativas na pós-graduação em psicologia: um panorama da produção brasileira na última década (2012-2022)

*The research on affirmative action policies in psychology postgraduate:
an overview of brazilian production in the last decade (2012-2022)*

*La investigación sobre políticas de acción afirmativa en posgrados en psicología:
un panorama de la producción brasileña en la última década (2012-2022)*

Rafael Mauricio Castanho ¹
Instituto Federal de Santa Catarina

Norma da Luz Ferrarini ²
Universidade Federal do Paraná

Miriam Aparecida Graciano de Souza Pan³
Universidade Federal do Paraná

Resumo: Realizamos um mapeamento, das teses e dissertações defendidas na última década (2012-2022), em Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da área de Psicologia, que investigaram as políticas de ações afirmativas de acesso às Instituições de Ensino Superior brasileiras. Por meio de uma revisão sistemática, analisamos 50 trabalhos e apresentamos um panorama sucinto da produção científica atual sobre o tema. Predominaram estudos no campo da Psicologia Social, desenvolvidos em Universidades Federais, que analisaram a implementação de ações afirmativas na mesma instituição em que a pesquisa foi desenvolvida. A maioria analisou aspectos do percurso formativo de estudantes beneficiários, e o componente étnico-racial, destinado a pessoas pretas e pardas, foi o mais investigado.

Palavras-chave: Psicologia; Políticas Públicas; Ação Afirmativa; Educação Superior.

Abstract: We mapped the theses and dissertations investigating affirmative action policies for access to Brazilian higher education institutions in the last decade (2012-2022) that were defended in *stricto sensu* postgraduate programs in the field of psychology in Brazil. Through a systematic review, we analyzed 50 papers, and we present a brief overview of current scientific production on the subject. There was a predominance of studies in the field of Social Psychology developed at Federal Universities, which analyzed the implementation of affirmative action at the same institution where the research was carried out. Most analyzed aspects related to the beneficiaries' formative paths, with the ethnic-racial component aimed at black and brown people being the most investigated.

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. Psicólogo no Instituto Federal de Santa Catarina, Canoinhas, Santa Catarina, Brasil. E-mail: rafael.castanho@ifsc.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4854116579976378>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4162-0460>.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Professora no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: normadaluzf@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8212338084045969>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8260-1798>.

³ Doutora em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: miriamagspan@yahoo.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6515816802530220>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9704-6958>.

Keywords: Psychology; Public Policy; Affirmative Action; Higher Education.

Resumen: Realizamos un mapeo de las tesis y disertaciones defendidas en la última década (2012-2022), en Programas de Posgrado stricto sensu del área de Psicología en Brasil, que investigaron las políticas de acciones afirmativas de acceso a las Instituciones de Enseñanza Superior brasileñas. Por medio de una revisión sistemática, analizamos 50 trabajos y presentamos un panorama conciso de la producción científica actual sobre el tema. Predominaron estudios en el campo de la Psicología Social, en Universidades Federales, que analizaron la implementación de acciones afirmativas en la misma institución en que la investigación se desarrolló. La mayoría analizó aspectos de la trayectoria educativa de estudiantes y el componente étnico racial destinado a personas negras y pardas, fue el más investigado.

Palabras clave: Psicología; Políticas Públicas; Acción Afirmativa; Educación Superior.

Recebido em: 27 de março de 2023

Aceito em: 03 de agosto de 2023

Introdução

As Políticas de Ações Afirmativas de acesso à Educação Superior (PAAs) começaram a ser implementadas no Brasil há pouco mais de duas décadas (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018), fruto da demanda e da luta de movimentos sociais organizados, sobretudo do Movimento Negro (GOMES; SILVA; BRITO, 2021), com o intuito de promover a democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, especialmente às Universidades Públicas, espaços que se mantiveram com fortes marcas de desigualdades de acesso, desde a sua criação tardia no país (RODRIGUES; SANTOS; CRUZ, 2022).

A implementação dessas políticas, aliadas a outras de expansão e de interiorização de vagas (OLIVEIRA, 2022), já começou a produzir mudanças no perfil dos estudantes que hoje ingressam nos cursos superiores dessas instituições, principalmente se olharmos para as universidades e para os cursos de maior concorrência (RISTOFF, 2016; VIEIRA; ARENDS-KUENNING, 2019).

O Brasil tem hoje duas grandes PAAs instituídas por lei federal: no âmbito da educação privada, o Programa Universidade para todos (Prouni) (Lei 11.096/2005); e, na educação pública, a Lei de Cotas do Governo Federal (Lei 12.711/2012). Contudo, existem outras políticas que instituem ações afirmativas em IES Estaduais, como, por exemplo, a Política de Cotas Raciais do Estado do Rio de Janeiro (Lei Estadual nº 3.524/2000) e o Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná (Lei Estadual nº 13.134/2001); além de diversos outros programas

criados e desenvolvidos por iniciativa própria das IES, públicas e privadas, em todo território nacional (OLIVEIRA, 2022; FERES JÚNIOR *et al.*, 2018).

Desde que começaram a ser implementadas, essas políticas têm sido objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, especialmente nas áreas da Educação, do Direito e das Ciências Sociais (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018; BEATRIZ-RODRIGUES; BASSO-POLETO; EFRON, 2020). Na Psicologia, a relação com as Políticas Públicas também tem sido discutida (GONÇALVES, 2010; PASSONE; PEREZ, 2013) e alguns estudos têm investigado a relação entre a Psicologia e as Políticas Educacionais (CAMPOS; FACCI; SOUZA, 2021; MARTÍNEZ, 2020). Outros têm discutido a atuação do Psicólogo no contexto da Educação Superior (MARINHO-ARAÚJO; DUGNANI, 2020; PAN; ALBANESE; FERRARINI, 2017) e se aproximado da implementação e do estudo das PAAs.

Não encontramos, no entanto, estudos que tenham investigado, de forma particular, a pesquisa em Psicologia sobre as PAAs. Questionamos essa ausência, dada a importância de uma leitura fundamentada em referenciais da Psicologia acerca das múltiplas dimensões que compreendem a implementação e a análise dos efeitos e dos resultados dessas políticas e das suas implicações para a prática dos Psicólogos nas IES, diante das demandas geradas entre professores e estudantes, nesses contextos.

Sendo assim, temos o objetivo de apresentar um panorama sucinto das pesquisas, nos níveis de mestrado e de doutorado, que vêm sendo desenvolvidas em Programas de Pós-graduação (PPG) *stricto sensu* da área de Psicologia no Brasil, que investigaram PAAs na última década, lançando algumas questões: onde esses trabalhos foram desenvolvidos? Quais os Programas e as linhas de pesquisa interessados no tema? Quais PAAs têm sido estudadas, a quais sujeitos elas se destinam e qual o lócus de investigação? Quais os objetivos gerais dessas pesquisas e como elas buscam contribuir para o estudo e análise das PAAs nas IES brasileiras?

Acreditamos que a análise da distribuição territorial dos trabalhos, dos Programas e das Linhas de Pesquisa pode apresentar um pouco do cenário diverso da pesquisa em Psicologia no país, como também das subáreas ou campos específicos de investigação nos quais essas políticas têm sido estudadas. O exame da Política, dos sujeitos a quem ela se destina, do seu lócus de investigação e dos objetivos gerais desses trabalhos, visa identificar aproximações entre a Psicologia e as Políticas Públicas em Educação, revelando um espaço relevante de investimento para essa área do conhecimento e da prática profissional, diante da implementação dessas políticas nas IES de diferentes regiões do país.

Metodologia

Utilizamos o protocolo de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) desenvolvido por Okoli (2015). Embora o método de RSL tenha surgido direcionado à análise de pesquisas clínicas, ele tem ganhado espaço nas Ciências Humanas e Sociais, pois pode apresentar um panorama interessante de verificação do estado do conhecimento científico, em um dado recorte temporal, sintetizando achados e apontando tendências e lacunas para futuras pesquisas. Para tanto, seguimos as etapas descritas a seguir:

1. *Definição dos objetivos*: foram definidos por dois pesquisadores (visando responder às questões já anunciadas na introdução do texto).

2. *Planejamento do protocolo*: foi definido por dois pesquisadores; elencou-se como bases de busca o Catálogo de Teses e Dissertações (CTD), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações do Governo Federal; os *descritores* foram escolhidos após uma primeira rodada de buscas preliminares, que apontaram a necessidade da utilização de termos variados, no intuito de abarcar o maior número de pesquisas possíveis sobre o tema; foram realizadas nove buscas, utilizando os descritores e operadores booleanos na ordem demonstrada na Figura 1; os *critérios de inclusão* escolhidos foram teses e dissertações defendidas entre os anos de 2012 e 2022, em PPG *stricto sensu* e avaliadas na área de conhecimento Psicologia⁴ no Brasil (doravante PPG-Psi) sobre PAA, com texto disponibilizado integralmente em repositório digital de acesso aberto; os *critérios de exclusão* foram fuga do tema, trabalhos defendidos há mais de uma década e em PPG avaliados pela Capes em outras áreas do conhecimento, que não disponibilizaram o texto integralmente, com acesso aberto, em repositório digital.

3. *Aplicação dos filtros e seleção dos trabalhos*: foram aplicados filtros por data (2012-2022) nas duas bases de dados e filtros por “nome do programa” no CTD (na BDTD, que não possui essa funcionalidade, fizemos a seleção manualmente, excluindo os trabalhos defendidos em PPG avaliados em outras áreas do conhecimento).

4. *Busca dos textos nas bases de dados*: um pesquisador fez a busca, nas bibliotecas virtuais de cada universidade, dos trabalhos selecionados, realizando o download do texto integral e o

⁴ Para definir quais eram os PPG avaliados na área de conhecimento *Psicologia* em funcionamento no Brasil, utilizamos a ferramenta de busca disponível na Plataforma Sucupira da Capes, seguindo a seguinte ordem: cursos avaliados e reconhecidos > área de avaliação > área do conhecimento > Psicologia.

arquivamento em drive compartilhado, para posterior análise de todos os pesquisadores. As buscas foram realizadas entre os meses de março e abril de 2022. Em dezembro de 2022, foi realizada uma nova rodada de buscas, mas não foram localizados novos trabalhos que preenchessem os critérios de inclusão desta revisão.

5. *Extração dos dados*: após selecionarmos os trabalhos que preenchiam os critérios de inclusão, os metadados (autores, título, resumo, palavras-chave) foram extraídos em folha de cálculos, em tabela compartilhada, onde constavam também: os dados de localização (IES, município e Unidade Federativa), de identificação dos PPG-Psi (nome do PPG, área de concentração e/ou linha de pesquisa) e os objetivos gerais dos estudos.

6. *Avaliação da pertinência e da qualidade dos textos*: após uma análise preliminar, uma terceira pesquisadora, com reconhecida experiência no tema e na área da pesquisa, foi convidada como juíza para avaliar a pertinência dos trabalhos incluídos e das categorias de análise produzidas pelos outros dois pesquisadores. Não houve sugestão de inclusão ou exclusão de textos ou categorias por parte da terceira pesquisadora.

7. *Análise e sintetização dos estudos* em: a) distribuição territorial dos trabalhos, tipo de trabalho (se tese ou dissertação) e ano de defesa; b) PPG e área de concentração e/ou a linha de pesquisa ao qual o trabalho se vincula; c) política estudada e o componente da política analisado (segmento de sujeitos beneficiários ao qual se destina) e o seu lócus de investigação (local onde ocorreram as etapas empíricas da pesquisa); d) síntese de agrupamento dos estudos com base na proximidade entre os objetivos gerais expressos pelos autores.

8. *Escrita da revisão*: a primeira versão deste texto foi produzida entre agosto e novembro de 2022; e a finalização deste artigo ocorreu entre os meses de janeiro e março de 2023.

Figura 1 - Quadro de descrição das buscas

Ordem	Descritores e operadores booleanos	Bases	N	I	E	D	O
1º	<i>"Psicologia" AND ("políticas afirmativas" OR "política afirmativa") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	14	3	11	0	0
		BDTD	6	0	1	4	1
2º	<i>"Psicologia" AND ("ações afirmativas" OR "ação afirmativa") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	43	11	12	20	0
		BDTD	34	0	2	21	11
3º	<i>"Psicologia" AND ("cotas" OR "cota") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	54	14	12	28	0
		BDTD	96	0	13	25	58
4º	<i>"Psicologia" AND ("reserva de vagas" OR "reserva de vaga") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	18	3	1	14	0
		BDTD	17	0	2	8	7
5º	<i>"Psicologia" AND ("políticas de acesso" OR "política de acesso") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	8	2	4	2	0
		BDTD	10	0	1	2	7
6º	<i>"Psicologia" AND ("políticas inclusivas" OR "política inclusiva") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	18	1	12	5	0
		BDTD	26	0	2	9	15
7º	<i>"Psicologia" AND ("políticas de inclusão" OR "política de inclusão") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	11	9	2	0	0
		BDTD	10	1	0	4	5
8º	<i>"Psicologia" AND ("lei 12.711" OR "lei 12.711/2012") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	16	4	12	0	0
		BDTD	18	1	4	8	5
9º	<i>"Psicologia" AND ("prouni" OR "programa universidade para todos") AND ("educação superior" OR "ensino superior")</i>	CTD	6	6	0	0	0
		BDTD	16	0			
N = Total de Localizados			421	55	91	157	118
I = Incluídos (análise preliminar)			55				
E = Excluídos: fuga do tema			-91				
D = Excluídos: duplicação			-157				
O = Excluídos: PPG avaliados em outras áreas do conhecimento			-118				
Excluídos por não divulgarem a versão integral do texto			-5				
Total de Incluídos			50				

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Exluímos 91 trabalhos por fuga do tema, destes: 43 demonstraram flagrante fuga do tema, 23 investigaram as ações afirmativas para a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e 25 investigaram as ações afirmativas para o mundo do trabalho.

Resultados

De acordo com nosso levantamento, na data da busca existiam 102 PPG-Psi em funcionamento no país, totalizando 167 cursos (87 de mestrado, 62 de doutorado e 15 de mestrado profissional), em 75 IES diferentes, a maioria localizada na Região Sudeste do país (44 programas e 77 cursos). Quanto à natureza administrativa das IES, a maioria dos Programas estava vinculada a instituições públicas (45), sobretudo a Universidades Federais (35). O estado de São Paulo concentrava o maior número de programas (23), seguido dos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul (12 Programas cada). Os

Revista Educação e Políticas em Debate – v. 13, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2024

demais estados e o Distrito Federal tinham entre um e sete Programas. Não havia, na data do levantamento, PPG-Psi em funcionamento em quatro estados (Acre, Amapá, Roraima e Tocantins).

Incluímos 35 dissertações de mestrado e 15 teses de doutorado nesta revisão. O ano de 2020 foi o que teve mais trabalhos incluídos. Localizamos seis trabalhos defendidos em 2021, mas cinco destes ainda não haviam autorizado a divulgação integral do texto, então apenas um foi incluído nesta revisão. Não localizamos trabalhos defendidos em 2022.

Figura 2 - Lista dos trabalhos incluídos por ano de defesa

Ano	Dissertação	Tese	Total geral
2012	2	1	3
2013	5		5
2014	2	2	4
2015	3	4	7
2016	4	1	5
2017	2	1	3
2018	4	2	6
2019	5	1	6
2020	7	3	10
2021	1		1
2022			
Total geral	35	15	50

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

No que diz respeito à natureza administrativa das IES onde os trabalhos incluídos foram desenvolvidos, todas as pesquisas analisadas estavam vinculadas a universidades, a maioria universidades públicas (42) e, dentre estas, predominaram as Universidades Federais (36). Incluímos sete trabalhos desenvolvidos em universidades privadas e seis em universidades públicas estaduais.

Quanto à distribuição territorial dos trabalhos incluídos, a maioria estava vinculada a IES localizadas na Região Nordeste (17), seguida da Região Sudeste (14) e da Região Sul (11) do país. As Regiões Centro-oeste e Norte tiveram quatro trabalhos incluídos cada. Das 75 IES que contavam com PPG-Psi em funcionamento, na data da busca, 29 desenvolveram pesquisas sobre PAA na última década. A Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Paraná foram as IES que tiveram mais trabalhos incluídos.

Dos 102 PPG-Psi em funcionamento, na data da pesquisa, encontramos trabalhos sobre PAA em 30 Programas, a maioria denominada *PPG em Psicologia*; seguida de *PPG em Psicologia Social*. Considerando as áreas de concentração e as linhas de pesquisa, confirma-se a

predominância de estudos no campo da Psicologia Social, mas também da Psicologia na sua interface com a Educação (Psicologia do Desenvolvimento; Psicologia Escolar; Psicologia Educacional). As pesquisas por IES, nome dos programas, áreas de concentração e linhas de pesquisa⁵ estão demonstradas na Figura 3, onde “N” se refere à quantidade de trabalhos incluídos/analísados.

Figura 3 - Quadro de trabalhos incluídos por IES, PPG, Área de Concentração e Linha de Pesquisa

IES	N	Nome do PPG	Área de concentração	N	Linha de Pesquisa
UFBA	6	Psicologia	<i>Psicologia do Desenvolvimento Humano</i>	3	<i>Transições Desenvolvimentais e Processos Educacionais</i>
			<i>Psicologia Social e do Trabalho</i>	2	<i>Indivíduo e Trabalho: Processos Micro-organizacionais</i>
			<i>Psicologia Social e do Trabalho</i>	1	<i>Cognição Social e Dinâmicas Interacionais</i>
UFPR	4	Psicologia	<i>Psicologia</i>	2	<i>Práticas Educativas e Produção de Subjetividade</i>
			<i>Psicologia</i>	2	<i>Educação, Trabalho e Subjetividade</i>
UFCE	3	Psicologia	Psicologia	3	<i>Processos Psicossociais e Vulnerabilidades Sociais</i>
UFRO	3	Psicologia	Psicologia	3	<i>Psicologia Escolar e Processos Educativos</i>
UFPB	3	Psicologia Social	Psicologia Social	3	<i>Grupos, Relações de Poder e Sociedade</i>
UFRGS	3	Psicologia Social e Institucional	<i>Psicologia Social</i>	2	<i>Políticas Públicas e Produção de Subjetividade</i>
			<i>Psicologia Social</i>	1	<i>Redes Sociotécnicas, Cognição e Comunicação</i>
UFRN	2	Psicologia	Psicologia	2	<i>Psicologia, Política e Socioespacialidades</i>
UFMG	2	Psicologia	<i>Psicologia Social</i>	1	<i>Cultura, Modernidade e Subjetividade</i>
			<i>Psicologia Social</i>	1	<i>Política, participação social e processos de Identificação</i>
UEM	2	Psicologia	<i>Constituição do Sujeito e Historicidade</i>	2	<i>Processos Educativos e Práticas Sociais</i>
UnB	1	<i>Psicologia Clínica e cultura</i>	<i>Psicologia Clínica e Cultura</i>	1	<i>Processos interacionais no contexto do casal, da família, do grupo e da comunidade</i>
	1	<i>Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde</i>	<i>Desenvolvimento Humano e Educação</i>	1	<i>Processos Educativos e Psicologia Escolar</i>
PUC-CAMP	2	Psicologia	<i>Psicologia como Profissão e Ciência</i>	2	<i>Intervenções Psicológicas e Processos de Desenvolvimento Humano</i>
UFRJ	1	Psicologia	<i>Subjetividade, Cognição e Práticas Clínicas</i>	1	<i>Processos Psicossociais, Históricos e Coletivos</i>
UFPA	1	<i>Teoria e Pesquisa do Comportamento</i>	<i>Ecoetologia</i>	1	<i>Ecologia do Desenvolvimento Humano</i>

⁵ Utilizamos inicialmente as informações constantes nas folhas de rosto dos trabalhos. Para aqueles que não continham essa informação, complementamos com os dados cadastrados na Plataforma Sucupira da Capes.

UFMA	1	<i>Psicologia</i>	<i>Psicologia</i>	1	<i>História, Epistemologia e Fenômenos Psicológicos</i>
UFU	1	<i>Psicologia</i>	<i>Psicologia Aplicada</i>	1	<i>Processos Psicossociais em Saúde e Educação</i>
UFSC	1	<i>Psicologia</i>	<i>Psicologia das Organizações e do Trabalho</i>	1	<i>Formação Profissional, Desenvolvimento de Carreira e Inserção no Trabalho</i>
UFG	1	<i>Psicologia</i>	<i>Psicologia</i>	1	<i>Bases Históricas da Psicologia</i>
UFAL	1	<i>Psicologia</i>	<i>Psicologia</i>	1	<i>Subjetividades, Políticas e Processos Sociais</i>
Unesp (Bauru)	1	<i>Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem</i>	<i>Desenvolvimento e Aprendizagem</i>	1	<i>Aprendizagem e Ensino</i>
Unesp (Assis)	1	<i>Psicologia</i>	<i>Psicologia e Sociedade</i>	1	<i>Epistemologia e Psicologia: a relação Sujeito-Objeto</i>
Unisinos	1	<i>Psicologia Clínica</i>	<i>Psicologia Clínica</i>	1	<i>Processos de Saúde e Doença em Contextos Institucionais</i>
UERJ	1	<i>Psicologia Social</i>	<i>Psicologia Social</i>	1	<i>Processos Sociocognitivos e Psicossociais</i>
USP	1	<i>Psicologia Social</i>	<i>Psicologia Social</i>	1	<i>Processos Psicossociais Básicos: a Relação Indivíduo-Grupo</i>
Unifor	1	<i>Psicologia</i>	<i>Psicologia Social e Cultura</i>	1	<i>Produção e Expressão Sociocultural da Subjetividade</i>
UCB	1	<i>Psicologia</i>	<i>Saúde, Cultura e Desenvolvimento Humano</i>	1	<i>Desenvolvimento Humano em Sistemas Familiares e Educacionais</i>
PUC-RIO	1	<i>Psicologia Clínica</i>	<i>Psicologia Clínica</i>	1	<i>Psicologia Social: Indivíduo e Sociedade</i>
PUC-SP	1	<i>Psicologia Social</i>	<i>Psicologia Social</i>	1	<i>Estudo Crítico-epistemológico das Categorias Analíticas da Psicologia Social</i>
PUC-MG	1	<i>Psicologia</i>	<i>Processos de Subjetivação</i>	1	<i>Intervenções Clínicas e Sociais</i>
UFRRJ	1	<i>Psicologia</i>	<i>Psicologia</i>	1	<i>Processos Psicossociais e Coletivos</i>
Total	50			50	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Com relação à PAA investigada nos trabalhos analisados, a maioria investigou um conjunto de ações afirmativas implementadas por uma IES específica (denominamos *PAA institucionais*). Outros investigaram: a implementação da Política de Cotas do Governo Federal (Lei nº 12.711/2012 modificada pela Lei nº 13.409/2016 - *Lei de Cotas*); os que investigaram o *Prouni* (Lei nº 11.096/2005); aqueles que analisaram PAAs instituídas por leis estaduais (*PAAs estaduais*); e aqueles que não especificaram à qual política se referiam, trazendo discussões sobre as PAAs de uma maneira geral (*não especificou*).

Quanto ao locus de investigação (o espaço onde ocorreram as etapas empíricas, voltadas a produção de dados), a maioria das pesquisas investigou a implementação de PAAs na *mesma IES* onde os estudos foram desenvolvidos (30); outras investigaram a implementação de PAA em outras IES da *mesma Região Geográfica* (14) onde o estudo foi realizado. Quatro pesquisas investigaram posicionamentos acerca das PAAs em *escolas de*

Ensino Médio (EM) do mesmo município em que a pesquisa foi desenvolvida; e dois estudos analisaram esses posicionamentos dentre a população geral, em ambientes virtuais (*Amb. Virtual*). Na Figura 4, estão demonstradas as PAAs investigadas e o seu lócus de investigação:

Figura 4 - Quadro dos trabalhos incluídos por PAA investigada e lócus de investigação

Política	Lócus de investigação				Total
	Amb. Virtual	Escolas de EM	Mesma IES	Mesma Região	
PAA Institucionais			16	5	23
Lei de Cotas	1	2	5	3	11
Não Especificou		2	5	4	11
Prouni	1		2	2	5
PAA Estaduais			2		2
Total geral	2	4	30	14	50

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Quanto ao mecanismo de ingresso afirmativo, dois trabalhos investigaram as PAAs do tipo *turma especial*; um investigou o mecanismo de bonificação (*bônus*); cinco voltavam-se ao estudo do Prouni (*bolsas* em universidades privadas); e todos os demais estudaram políticas do tipo *reserva de vagas* ou *cotas*, o sistema predominantemente adotado no Brasil. Apenas dois estudos investigaram as PAAs para o ingresso em cursos superiores de pós-graduação, os demais voltaram-se aos cursos de graduação.

Mesmo quando delimitada uma Política Pública específica (a exemplo da Lei de Cotas), a maioria dos estudos voltou-se a um componente da política em particular, destinado a um segmento específico de estudantes beneficiários. Nesse sentido, a maioria investigou o componente étnico-racial, destinado a pessoas negras (pretas e pardas) (21); mas também encontramos um número significativo de trabalhos investigando as PAAs: com recorte de renda (renda inferior), para a inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) e voltadas aos povos indígenas. Outros estudos não delimitaram um componente da política ou público-alvo, discutindo as PAAs de maneira geral. Encontramos ainda um trabalho que discutiu as ações afirmativas para imigrantes latinoamericanos e outro voltado a pessoas Trans (transsexuais e transgêneras), como demonstrado na Figura 5:

Figura 5 - Lista de trabalhos incluídos por componente da política investigado

Beneficiários	Quantidade
Estudantes com deficiência	6
Estudantes beneficiários (mais de um segmento)	8
Estudantes de renda inferior	9
Estudantes imigrantes latinoamericanos	1
Estudantes indígenas	4
Estudantes negros (pretos e pardos)	21
Estudantes transsexuais e transgêneros	1
Total geral	50

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Na análise dos objetivos gerais dos trabalhos, chegamos a seis categorias de agrupamento, com base na proximidade desses objetivos e levando em consideração a sua relação com a PAA. Os grupos serão apresentados pelas categorias descritas a seguir, juntamente com o número de trabalhos incluídos no grupo (entre parênteses), em ordem numérica decrescente.

Pesquisas que analisaram o *percurso formativo de estudantes beneficiários* (13): investigaram diferentes aspectos do percurso formativo de estudantes beneficiários de PAAs, buscando compreender os processos de inclusão, adaptação ou integração desses estudantes; as condições de acessibilidade; além de características pessoais/individuais ou contextuais/relacionais que favoreceram ou dificultaram a permanência ou o bom andamento do percurso formativo desses estudantes, avaliando indicadores de matrícula, conclusão e desligamento; acesso a projetos de pesquisa, monitoria e extensão; acesso à políticas para permanência (assistência estudantil); indicadores de rendimento; e respostas a questionários, escalas e outros instrumentos de avaliação, direcionados, principalmente, a estudantes beneficiários, questionando-os acerca de aspectos do seu percurso formativo.

Pesquisas que buscaram compreender os *efeitos das políticas para os estudantes beneficiários* (10): buscaram produzir elaborações acerca dos efeitos das PAAs para os estudantes beneficiários, enfatizando, principalmente, os efeitos na subjetividade, na identidade, na consciência, nos processos de aprendizagem, na formação e na produção de sentidos e significados por parte desses estudantes, diante da utilização de políticas de reconhecimento e de redistribuição no contexto da Educação Superior. Predominaram estudos que buscaram ouvir esses sujeitos por meio de métodos diversos de entrevistas e grupos de discussão, como também o formato de pesquisas-intervenção.

Pesquisas que analisaram as *mudanças institucionais* decorrentes da implementação de PAAs nas IES (8): enfatizaram a dimensão institucional e buscaram analisar as mudanças, transformações, atualizações, materializações e práticas que se produziram nas IES, impulsionadas pela implementação de políticas afirmativas. Os estudos desta categoria delimitaram a instituição como seu objeto de investigação, analisando como a implementação da Política produziu ou impulsionou mudanças no nível institucional e como essas mudanças/transformações se expressam nos textos e documentos oficiais; mas também nas práticas, procedimentos e relações que se estabeleceram nos espaços sociais das IES analisadas, por meio de métodos diversos de observação, entrevista e pesquisa participante.

Pesquisas que investigaram os *posicionamentos dos participantes* acerca das PAAs (8): avaliaram, principalmente, os posicionamentos dos participantes das pesquisas quanto à aceitação ou à rejeição frente a política afirmativa, se esses participantes concordavam, ou não, com esta modalidade de política, ou com a reserva de vagas voltada a um componente específico (o componente étnico-racial para pessoas pretas e pardas). Essas pesquisas buscaram ouvir diferentes públicos: estudantes beneficiários, estudantes não beneficiários, professores e servidores de IES, estudantes de nível Médio e participantes da população geral, por meio de ambientes virtuais. Aqui também predominaram métodos quantitativos, com o uso de instrumentos de investigação como questionários e escalas.

Pesquisas que observaram a *trajetória de vida de estudantes beneficiários* (6): buscaram compreender mais a fundo a trajetória de vida de estudantes beneficiários de PAAs, refletindo sobre questões que vão além do percurso formativo desses estudantes nas IES, observando aspectos da sua vida pregressa, como dimensões pessoais, histórias de vida, as trajetórias escolares, processos de transição para a vida adulta, trajetórias profissionais e os processos de construção de carreira. Predominaram métodos diversos de entrevista e escuta individual com estudantes beneficiários, além de pesquisas com familiares desses estudantes.

Pesquisas que discutiram a *atuação do Psicólogo* nas IES diante da implementação de PAAs (5): consideramos aqui apenas os estudos que tiveram como objeto geral analisar a prática profissional do Psicólogo nas IES ou uma modalidade específica de intervenção em Psicologia, destacando a relação dessas práticas e intervenções com a implementação das PAAs nas IES pesquisadas. O foco centrou-se na atuação do Psicólogo na Assistência Estudantil ou voltado à permanência de estudantes que ingressaram por meio de PAA, analisando as atribuições previstas para a atuação desses profissionais, além de entrevistas com psicólogos/as e ações desenvolvidas com estudantes, visando avaliar uma forma de intervenção em Psicologia direcionada aos beneficiários de PAAs em IES.

Conclusões

A abrangência dos descritores utilizados possibilitou identificar um número significativo de trabalhos, o que demonstra, por um lado, que essas políticas têm sido objeto de estudo da Psicologia no Brasil e, por outro, que esses pesquisadores têm utilizado descritores diferentes para se referir a uma mesma modalidade de política, o que demanda um esforço maior para a identificação, sistematização e análise desses trabalhos. O descritor que mais localizou trabalhos foi “cota” (e o seu plural “cotas”), embora o termo padronizado seja “ações afirmativas”⁶. A modalidade de ingresso afirmativo mais comum no país são os sistemas de *reserva de vagas*, popularmente conhecidos como *cotas* (CARVALHO, 2016), o que pode explicar a preferência desses pesquisadores pela utilização de termos como “cotas raciais”, “cotas universitárias”, dentre outros, seja numa perspectiva crítica ou como uma forma de demarcar a especificidade das PAAs no cenário do Brasil.

A maioria dos estudos sobre PAA em PPG-Psi foram desenvolvidos em IES da Região Nordeste, embora a grande maioria dos PPG-Psi, em funcionamento no Brasil, esteja situada na Região Sudeste, o que é um dado a ser pensado em futuros estudos, se considerarmos as desigualdades regionais do país, especialmente quando o nosso tema relaciona-se, justamente, à inclusão e à promoção da diversidade em espaços de poder e de prestígio social.

A predominância de estudos em Universidades Federais destaca a relevância dessas instituições para o estudo das Políticas Públicas no país, mas também deve-se provavelmente à promulgação da Lei de Cotas e ao fato dessas instituições concentrarem grande parte dos cursos de maior concorrência no país (RISTOFF, 2016), onde, infere-se, as ações afirmativas tendem a colocar em movimento algumas práticas já cristalizadas, exigindo, assim, um esforço maior na reorganização dessas instituições para o acolhimento das demandas trazidas por esses novos sujeitos que ingressam como beneficiários de PAAs nas IES do Brasil.

A maior parte dos trabalhos investigou PAAs implementadas pela mesma IES na qual o trabalho foi desenvolvido. Isso pode demonstrar um esforço desses pesquisadores e Programas em buscar metodologias que ajudem a compreender os processos de implementação, os efeitos e os resultados dessas políticas nas IES, diante da ausência de mecanismos oficiais de avaliação ou de diretrizes de análise dessas políticas (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018); ou ainda, como uma forma de compreender dimensões da implementação dessas políticas, desde referenciais e metodologias do campo da Psicologia.

⁶ Do inglês *affirmative action* é o descritor que se refere a essas políticas no Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Desses referenciais, a análise, por nome do programa, área de concentração e/ou linha de pesquisa, demonstrou que as PAAs têm sido investigadas, principalmente, pela Psicologia Social (e subáreas), com ênfase em processos psicossociais, como os de interação, integração, inclusão, exclusão ou preconceito, dentre outros; e pela Psicologia na sua interface com a Educação (Psicologia do Desenvolvimento, Escolar/Educacional), interessada, sobretudo, nos processos de ensino-aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes. Porém, há uma diversidade de linhas de investigação em PPG-Psi brasileiros interessadas no tema.

As pesquisas que analisamos estavam predominantemente orientadas ao estudo do componente étnico-racial, voltado à inclusão de pessoas pretas e pardas - e destacamos que isso se deva, provavelmente, ao protagonismo do movimento negro na luta por políticas públicas de acesso à Educação Superior no país (GOMES; SILVA; BRITO, 2021) -, contudo, outros sujeitos têm sido considerados como beneficiários de PAAs na pesquisa em Psicologia, como os estudantes com deficiência, indígenas, imigrantes latino-americanos, transsexuais/trangêneros e de renda familiar inferior ao estabelecido pela política.

Não encontramos nenhum estudo que tenha investigado especificamente o componente de ingresso “origem escolar”, embora esse componente tenha sido contemplado em vários estudos, visto que a maioria das PAAs brasileiras (a exemplo da Lei de Cotas) coloca os outros componentes (étnico-racial e econômico-social) submissos ao componente “origem escolar”, ou seja, a reserva de vagas para os demais segmentos, são “subcotas”, dentro da reserva de vagas para estudantes de escolas públicas (CARVALHO, 2016).

Quanto à relação dos objetivos gerais dos estudos com a PAA, a maioria não delimitou o estudo de uma Política específica, mas investigou um conjunto de ações afirmativas implementadas por uma IES em particular, analisando um componente em especial, destinado a um grupo específico de estudantes beneficiários. Se tomarmos como base o ciclo de estudos em Políticas Públicas, Passone (2013) destacou a escassez de estudos sobre a implementação de Política Educacionais em detrimento de uma ampla gama de estudos sobre as agendas de definição e a análise dos textos legais que instituem essas políticas. Acreditamos que, no caso particular da pesquisa brasileira em Psicologia sobre PAA, na última década, ênfase maior tem sido dada aos processos de implementação e à análise dos efeitos e resultados dessas políticas, sobretudo para os estudantes beneficiários e para as instituições que as implementam.

O fato de grande parte desses estudos voltar-se, de forma singular, aos estudantes beneficiários, seja a aspectos do seu percurso formativo ou à análise dos efeitos que essas políticas têm para esses sujeitos, pode apontar uma possível contribuição particular da

Psicologia para as Políticas de Educação Superior, visto que essas pesquisas têm buscado, sobretudo, ouvir esses sujeitos e compreender o seu desenvolvimento ao longo do seu percurso formativo, ainda que por meio de bases teóricas e procedimentos metodológicos distintos. Uma análise pormenorizada dessas bases e procedimentos, assim como dos resultados dessas pesquisas, será nosso objeto de investigação em trabalhos futuros.

No tocante à série histórica, não encontramos tendências significativas de aumento de pesquisas. Ainda que tenhamos buscado o recorte de uma década, incluímos apenas um trabalho defendido em 2021 e nenhum em 2022. Isso deve-se, provavelmente, ao tempo necessário após a defesa para o ajuste das sugestões das bancas e trâmites para publicação nos repositórios digitais. Sugerimos que revisões futuras sobre teses e dissertações-considerem o mínimo de 12 anos para contemplar efetivamente o intervalo de uma década.

Referências

BEATRIZ-RODRIGUES, M.; BASSO-POLETO, D.; EFROM, C. Affirmative Actions in Post Secondary Education: quantitative and qualitative literature review. *Revista Electrónica Educare*, v. 24, n. 1, p. 292-325, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/EDUCARE/article/view/10381>. Acesso em: 02 ago. 2022. DOI: <http://doi.org/10.15359/ree.24-1.16>.

CAMPOS, H. R.; FACCI, M. G. D.; SOUZA, M. P. R. (org.). *As políticas educacionais na pós-graduação brasileira de psicologia*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

CARVALHO, J. J. *A política de cotas no ensino superior: ensaio descritivo e analítico do mapa das ações afirmativas no Brasil*. Brasília: INEP/INTC, 2016.

FERES JÚNIOR, J. *et al. Ação afirmativa: conceito, história e debates*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B.; BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*. Campinas: v. 42, n. especial, p. 1-14, dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/?lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES.258226>.

GONÇALVES, M. G. M. *Subjetividade, psicologia e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2010.

MARINHO-ARAÚJO, C. M., DUGNANI, L. A. C. (org.). *Psicologia Escolar na Educação Superior*. Campinas: Alínea, 2020.

MARTÍNEZ, A. M. O psicólogo escolar e os processos de implantação de políticas públicas. In: CAMPOS, H. (org.). *Formação em psicologia escolar: realidades e perspectivas*. 2. Ed. Campinas: Alínea, 2020. p. 109-134.

OKOLI, C. A guide to conducting a standalone systematic literature review. *Communications of the Association for Information Systems*, v. 37, n. 43, p. 879-910, nov. 2015. Disponível em: <https://aisel.aisnet.org/cais/vol37/iss1/43/>. Acesso em: 02 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.17705/1CAIS.03743>.

OLIVEIRA, J. F. Acesso à educação superior no Brasil: entre o elitismo e as perspectivas de democratização. In: OLIVEIRA, J. F. (org.). *Educação escolar no Brasil: análises críticas e perspectivas de democratização*. Brasília: Anpae, 2022. p. 94-120.

PAN, M. A. G. S.; ALBANESE, L.; FERRARINI, N. L. (org.). *Psicologia e Educação Superior: formação e(m) prática*. Curitiba: Juruá, 2017.

PASSONE, E. F. K. Contribuições atuais sobre o estudo de implementação de políticas educacionais. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 596-613, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/gSRwDbvYTQ9v3mLvDHQd3NM/?lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200011>.

PASSONE, E. F. K.; PEREZ, J. R. R. Psicologia e análise de implementação de políticas públicas: um diálogo interdisciplinar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 33, n. 3, p. 612-629, out. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TSnWPLHr5xkhhkFyJrPZq4tm/?lang=pt>. Acesso em: 02 de ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300008>.

RISTOFF, D. *Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação*. Rio de Janeiro: Editora Flacso, 2016.

RODRIGUES, T. C.; SANTOS, F. V. S.; CRUZ, A. C. J. Da desigualdade à democratização do acesso à Universidade: políticas públicas e educacionais no Brasil. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 11, n. 1, p. 47-62, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64898>. Acesso em: 15 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v11n1a2022-64898>.

VIEIRA, R. S.; ARENDS-KUENNING, M. Affirmative Action in brazilian universities: effects on the enrollment of targeted groups. *Economics of Education Review*, v. 73, n. 1, p. 1-12, dez. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0272775718306216?via%3Dihub>. Acesso em: 02 ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2019.101931>.